

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

I LEGISLATURA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999/2000)

1. INTRODUÇÃO

Ao abrigo do disposto na “Decisão relativa ao início de funcionamento da 1ª Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau antes do dia 19 de Dezembro de 1999”, adoptada em 29 de Agosto de 1999 na 10ª sessão plenária da Comissão Preparatória da Região Administrativa Especial de Macau, e das disposições aplicáveis da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, a Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau efectuou várias reuniões plenárias, a partir de 12 de Outubro de 1999, tendo sido analisadas as propostas das leis consideradas indispensáveis para entrarem em vigor após a transferência de poderes, e que foram objecto de aprovação no Plenário realizado às 3 horas do dia 20 de Dezembro de 1999, imediatamente a seguir às cerimónias de transferência e da tomada de posse e prestação do juramento dos deputados, marcando o início da 1ª Sessão Legislativa da I Legislatura.

Com prazo determinado na Lei Básica, a I Legislatura terá o seu termo em 15 de Outubro de 2001 e enquadra apenas duas sessões legislativas. A 1ª sessão legislativa, a qual respeita o presente relatório, encerra em 15 de Outubro de 2000, terminando em 15 de Agosto, o respectivo período normal de funcionamento.

Verificou-se a eleição, em reunião plenária de 12 de Outubro de 1999, dos Senhores Deputados Susana Chou e Lau Cheok Va, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da primeira Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, que passaram também a integrar a Mesa da Assembleia, e cuja composição foi completada com a eleição dos Senhores Deputados Leonel Alberto Alves (1º Secretário) e Kou Hoi In (2º Secretário). Por proposta da Mesa, em Plenário de 19 de Outubro de 1999, foi deliberada a constituição de 3 comissões de trabalho, a fim de procederem à análise das propostas de lei a entrar em vigor em 20 de Dezembro de 1999, após a transferência de poderes.

Por deliberação do Plenário de 4 de Janeiro de 2000, e sob proposta da Mesa, foram eleitos os 5 membros da Comissão de Regimento e Mandatos e das 3 comissões permanentes, integradas por 7 membros cada, e designadas por 1ª, 2ª e 3ª Comissão Permanente, sendo ainda eleito no mesmo Plenário o Senhor Deputado Chui Sai Cheong como Presidente do Conselho Administrativo.

A filosofia que presidiu à constituição das comissões permanentes, torna possível uma distribuição flexível e equitativa dos trabalhos, com os consequentes ganhos em capacidade de resposta, uma vez que as comissões não têm competências em razão da matéria.

Na esfera de acção da Assembleia Legislativa, pela sua importância e inovação, destacam-se os trabalhos de análise e aprovação da proposta de Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau apresentada pelo Chefe do Executivo, criando-se, assim, espaço para um amplo debate sobre o instrumento privilegiado no suporte financeiro das linhas de acção governativa.

Contudo, a maior inovação regista-se no facto da produção legislativa passar a ser da exclusiva competência da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, pese embora a existência de matérias que, por força da Lei Básica, as respectivas iniciativas legislativas estão vedadas ou condicionadas ao órgão legislativo.

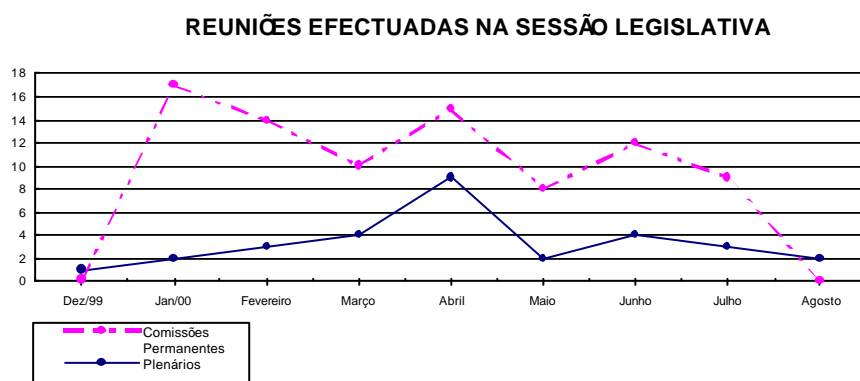
2. PRODUÇÃO LEGISLATIVA

A 1ª Sessão Legislativa da I Legislatura foi, naturalmente, marcada por iniciativas legislativas de exclusiva competência do Governo da RAEM, envolvendo matérias ligadas às receitas e despesas públicas e ao estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau. Como se pode

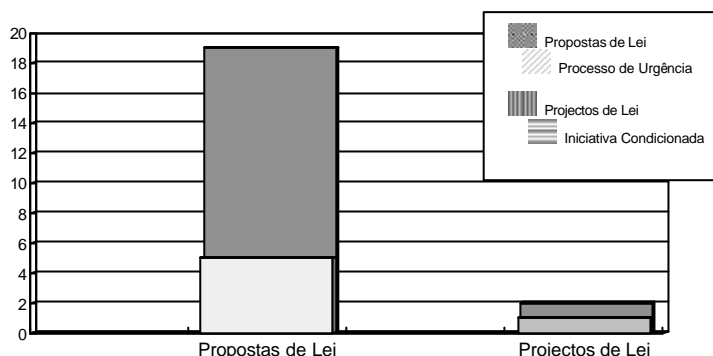
verificar no Quadro I em anexo, das 21 iniciativas legislativas, prevaleceram as propostas de lei, tendo sido solicitado para 5 (3 das quais propostas de lei de alteração) a adopção de processo de urgência e apenas 2 das iniciativas respeitaram a projectos de lei, sendo de iniciativa condicionada o projecto de lei referente à “Lei de Bases das Ciências e da Tecnologia”.

Para além destas iniciativas legislativas, o trabalho da Assembleia Legislativa nesta sessão ainda envolveu a aprovação de 6 resoluções relativas à gestão e funcionamento da própria Assembleia, bem como ao desenvolvimento de outras matérias previstas no seu Regimento (Quadro II).

Os trabalhos da presente sessão legislativa, envolveram a realização de 30 Plenários e 58 reuniões das Comissões Permanentes (Quadro III), de que resultaram, a aprovação de 21 leis e das 6 resoluções já referidas.



INICIATIVAS LEGISLATIVAS



Para além do conjunto das leis aprovadas, fundamentais para o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, designadamente, “Lei de Reunificação”, “Lei de Bases da Orgânica do Governo”, “Lei de Bases da Organização Judiciária”, “Lei da Legislatura e do Estatuto dos Deputados da Assembleia Legislativa” e “Lei do Estatuto dos Magistrados”, destaca-se, ainda, o contributo do órgão legislativo na área económica, no sentido de ser ultrapassada a situação criada pela obrigatoriedade de registo dos agentes económicos, imposta pelos novos Códigos (Código Comercial, Código do Registo Comercial e Código do Notariado), através da harmonização das respectivas regras jurídicas com as necessidades de segurança e simplificação dos circuitos jurídicos, atendendo à necessidade de progressivamente melhorar o sistema, sem afectar bruscamente o normal funcionamento da sociedade.

Por iniciativa de alguns deputados, foram efectuadas 38 interpelações escritas sobre as acções do Governo (Quadro III), tendo também sido utilizado frequentemente o período de antes da ordem do dia, num total de 76

intervenções (Quadro III), em que os deputados abordaram assuntos de carácter político, social, económico, cultural ou administrativo de interesse para a Região Administrativa Especial de Macau.

No âmbito do processo de interpelação sobre a acção governativa, previsto no artigo 76º da Lei Básica, realizou-se em 9 de Agosto de 2000, uma reunião plenária de interpelação ao Governo, no âmbito da área económica, sobre as acções desenvolvidas no combate ao desemprego, designadamente, em referência às políticas da importação de mão-de-obra, formação profissional, captação de investimento externo e distribuição das quotas de exportação dos sectores têxtil e vestuário, dadas as potencialidades destas políticas para fomentarem a criação de postos de trabalho, sendo tal intervenção inédita no historial do órgão legislativo.

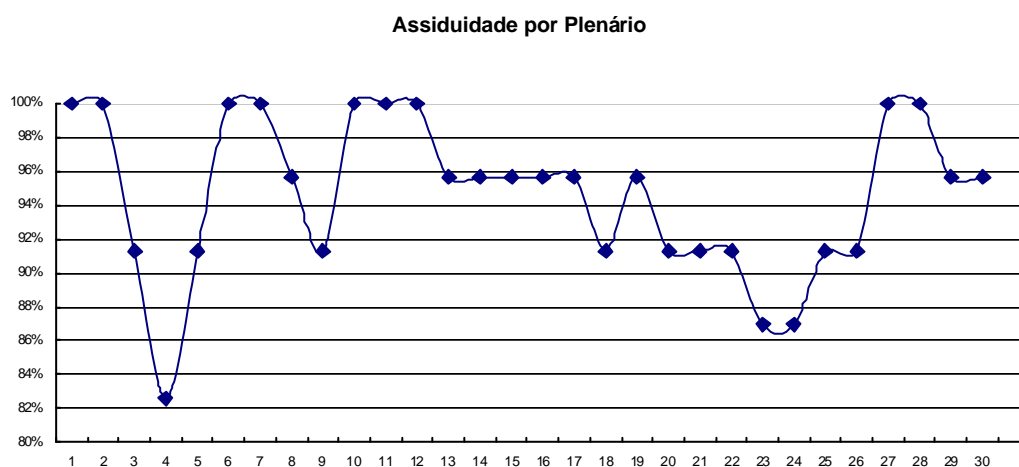
Ainda pelas características inéditas, saliente-se o debate realizado, nos termos regimentais, sobre a questão de interesse público subjacente à regulamentação, por via legislativa, da obrigatoriedade dos menores de 16 anos serem acompanhados pelos pais ou tutores para circularem na rua depois da meia-noite, tendo sido equacionada a constituição de uma comissão para o acompanhamento do assunto.

Estas iniciativas, para além de valorizarem o debate político, traduziram uma preocupação interventora na realidade social, contribuindo, quer para o

aprofundamento das relações entre os deputados e a população, como para o prestígio da capacidade de intervenção da própria Assembleia.

Também nesta linha de preocupações, se enquadraram as visitas efectuadas pelos deputados a diferentes Serviços Públicos, num total de 5 (Quadro IV), em que o contacto no terreno representou um valor acrescentado para o conhecimento das situações.

A taxa média de assiduidade dos deputados às reuniões plenárias foi extremamente elevada, atingindo os 94,63% (Quadro III).

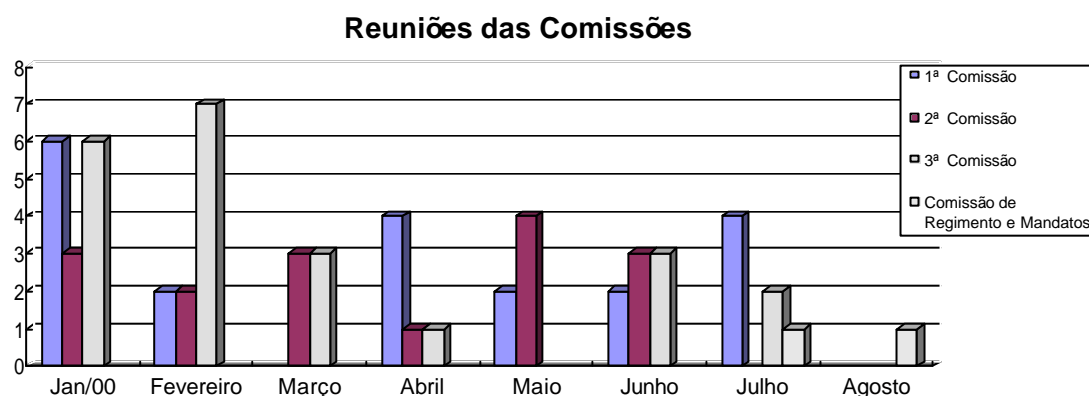


3. TRABALHOS NAS COMISSÕES

No decorrer da Sessão Legislativa em apreço, realizaram-se 58 reuniões das três comissões permanentes (Quadro III), cujos trabalhos permitiram uma análise mais exaustiva dos assuntos abordados, enriquecida, quando necessário, com o processo de consulta aos representantes dos serviços

públicos envolvidos. A média da assiduidade dos deputados nestas reuniões situou-se nos 88,67% (Quadro III), o que se explica pelo interesse participativo nos trabalhos das comissões.

Nesta Sessão Legislativa, tiveram ainda lugar 2 reuniões da Comissão de Regimentos e Mandatos, em que foram trocadas impressões sobre o Regimento da Assembleia Legislativa da RAEM.



4. RECURSOS E INSTALAÇÕES

A Assembleia Legislativa passou a dispor de instalações em edifício próprio, onde, com a dignidade devida, foi possível não só reunir a totalidade dos serviços, com as vantagens imediatas em termos de funcionalidade, como, ainda, serem disponibilizados gabinetes individuais para todos os deputados. O apetrechamento das novas instalações foi devidamente assegurado, não tendo a consequente sobrecarga de trabalho produzido

efeitos negativos sobre o normal funcionamento dos serviços, dado o empenhamento manifestado por todos os intervenientes directos no processo.

A especificidade que reveste a gestão do edifício-sede e o facto dos serviços não disporem de meios para assegurar essa mesma gestão com eficiência, determinaram que a Mesa, ponderada a situação, optasse por proceder à abertura de um concurso público, em 28 de Junho de 2000, destinado a contratar a prestação de serviços especializados na área de gestão de edifícios.

Na presente sessão legislativa, é significativa a importância das acções de formação na valorização dos recursos humanos, sendo de destacar a realização de um curso de estenografia, com início em 16 de Julho de 2000, e que embora promovido por iniciativa da Assembleia Legislativa, pela importância que reveste, também está a ser frequentado por funcionários dos órgãos judiciais, tendo merecido uma receptividade apreciável por parte dos funcionários da Assembleia, com 21 participantes num total de 31.

Em 31 de Julho de 2000, exerciam funções no SAAL um conjunto de 62 trabalhadores, não havendo alteração do número de efectivos, com excepção do preenchimento da vaga referente ao lugar de Secretário-Geral Adjunto.

No âmbito orçamental e em 31 de Julho de 2000, a taxa de execução orçamental situava-se nos 33,88%, em relação a um valor orçamentado

de MOP 62 milhões de patacas, correspondendo a uma despesa paga de MOP\$21,003,853.40.

5. RELAÇÕES EXTERNAS

No decurso da presente sessão legislativa, destaca-se a visita que a Senhora Presidente, integrada na comitiva do Senhor Chefe do Executivo, realizou a Portugal e França, no período de 16 a 25 de Maio, no âmbito do estreitamento das relações entre a Região Administrativa Especial de Macau e a União Europeia.

Também no decorrer desta sessão legislativa, inserindo-se nos contactos normais com o corpo diplomático acreditado na Região Administrativa Especial de Macau, a Senhora Presidente concedeu audiências a vários representantes consulares.

Diversas individualidades, representativas de órgãos legislativos congéneres, contactaram a Assembleia legislativa, designadamente uma delegação da Assembleia Legislativa de Hong-Kong, uma delegação da Direcção Administrativa do Salão do Povo da Assembleia Nacional Popular e o Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República Portuguesa, Dr. Narama Coissoró.

Ainda no plano externo, destaque-se o contacto mantido pela Mesa com o Vice-Presidente da “Parliamentary Assembly of Organization for Security and Cooperation in Europe”, bem como o encontro efectuado pela Mesa e Comissões Permanentes com uma delegação do Parlamento dos EUA.

Enquadrada nos contactos mantidos com entidades locais, destaca-se a audiência concedida pela Senhora Presidente à Comissão Instaladora da Associação de Macau da Propriedade Intelectual, e as audiências que, conjuntamente com o Senhor Vice-Presidente foram concedidas à Associação Comercial de Macau e à Direcção da Associação das Senhoras Democráticas de Macau.

Destaca-se ainda a presença nas instalações da Assembleia de um grupo de alunas da Escola Feminina de Nossa Senhora de Fátima, dando oportunidade às camadas jovens de enriquecerem os seus conhecimentos, sensibilizando-as, assim, para uma tomada de consciência como cidadãos.

Durante a sessão legislativa, a actividade da Assembleia mereceu uma ampla cobertura noticiosa por parte dos diversos órgãos de comunicação social, não só através da divulgação dos trabalhos legislativos, como, também, ao darem expressão a alguns anseios e expectativas dos cidadãos, permitiram a sua melhor percepção por parte do órgão legislativo.

6. ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Considerando os contactos com a população, como a melhor forma de auscultar os seus anseios, a Assembleia Legislativa entendeu fomentar esta prática, fazendo aprovar uma resolução que, consagrando os procedimentos a seguir pelos Serviços no atendimento ao público e explicitamente sobre o dever de informar, permite esclarecer os cidadãos sobre os direitos que lhes assistem nos contactos com o órgão legislativo da RAEM.

No período em análise, foram efectuados 45 atendimentos por via telefónica e 44 presencialmente. Ao pouco significado deste tipo de iniciativa na presente sessão legislativa, não deve ter sido estranho um conjunto de situações que se consideram ultrapassadas, designadamente, a nova localização dos serviços, bem como, a implementação de novas regras e procedimentos no atendimento ao público. Nesta linha de orientação, enquadra-se a página da Assembleia Legislativa na Internet, onde para além de ser disponibilizada informação sobre o órgão legislativo, os cidadãos tomam conhecimento do perfil dos deputados e horário dos seus turnos, sendo, ainda, facultada aos interessados a possibilidade do envio de mensagens por correio electrónico.

ANEXO I

Mesa

Presidente: Susana Chou
Vice-Presidente: Lau Cheok Va
1º Secretário: Leonel Alberto Alves
2º Secretário: Kou Hoi In

Comissão de Regimento e Mandatos

Presidente: Kwan Tsui Hang
Secretário: Philip Xavier
Ng Kuok Cheong
Chow Kam Fai David
José Manuel de Oliveira Rodrigues

1ª Comissão Permanente

Presidente: Fong Chi Keong
Secretário: José Manuel de Oliveira Rodrigues
Chow Kam Fai David
Tong Chi Kin
Kou Hoi In
Chui Sai Cheong
Ho Teng Iat

2ª Comissão Permanente

Presidente: Leong Heng Teng

Secretário: Vong Hin Fai

Ng Kuok Cheong

Au Chong Kit aliás Stanley Au

Cheong Vai Kei

Leonel Alberto Alves

Kwan Tsui Hang

3ª Comissão Permanente

Presidente: Vitor Ng

Secretário: João Baptista Manuel Leão

Anabela Fátima Xavier Sales Ritchie

Iong Weng Ian

Hoi Sai Iun

Philip Xavier

Liu Yuk Lun aliás David Liu

Conselho Administrativo

Presidente: Chui Sai Cheong

Membros: Celina Silva Dias Azedo

Raquel de Fátima

QUADRO I

LEIS APROVADAS NA SESSÃO LEGISLATIVA 1999/2000

Lei nº	Designação	Aprovação em Plenário	Publicação		Rectificação	
			B.O. Nº	Data	B.O. Nº	Data
1/1999	“Lei de Reunificação”	20/12/2000	1	20/12/1999	4 7	24/01/2000 14/02/2000
2/1999	“Lei de Bases da Orgânica do Governo”	20/12/2000	1	20/12/1999	---	---
3/1999	“Publicação e formulário dos diplomas”	20/12/2000	1	20/12/1999	7	14/02/2000
4/1999	“Lei dos juramentos por ocasião do acto de posse”	20/12/2000	1	20/12/1999	---	---
5/1999	“Utilização e protecção da bandeira, emblema e hino nacionais”	20/12/2000	1	20/12/1999	---	---
6/1999	“Utilização e protecção da bandeira e do emblema regionais”	20/12/2000	1	20/12/1999	---	---
7/1999	“Regulamento sobre os requerimentos relativos à Nacionalidade dos Residentes da RAEM”	20/12/2000	1	20/12/1999	---	---
8/1999	“Lei sobre Residente Permanente e Direito de Residência na RAEM”	20/12/2000	1	20/12/1999	---	---
9/1999	“Lei de Bases da Organização Judiciária”	20/12/2000	1	20/12/1999	4 7 23	24/01/2000 14/02/2000 05/6/2000

QUADRO I

LEIS APROVADAS NA SESSÃO LEGISLATIVA 1999/2000

(Cont.)

10/1999	“Estatuto dos Magistrados”	20/12/2000	1	20/12/1999	---	---
11/1999	“Lei Orgânica do Commissariado da Auditoria”	20/12/2000	1	20/12/1999	23	05/6/2000
1/2000	“Regime remuneratório do Chefe do Executivo e dos Titulares dos principais cargos da RAEM”	17/02/2000	9	28/02/2000	---	---
2/2000	“Regime remuneratório dos Magistrados”	17/02/2000	9	28/02/2000	---	---
3/2000	“Da Legislatura e do Estatuto dos Deputados à A.L.”	23/3/2000	16	17/4/2000	18 23	02/5/2000 05/6/2000
4/2000	“Alterações ao Código do Notariado”	26/4/2000	17	27/4/2000	---	---
5/2000	“Alterações ao Código do Registo Comercial”	26/4/2000	17	27/4/2000	---	---
6/2000	“Alterações ao Código Comercial”	26/4/2000	17	27/4/2000	19 24	08/05/2000 12/06/2000
7/2000	“Lei do Orçamento 2000”	26/4/2000	17	27/4/2000	---	---
8/2000	“Alteração do Decreto-Lei nº 24/89/M, de 3 de Abril”	04/5/2000	19	08/5/2000	---	---
9/2000	“Lei de Bases das Ciências e da Tecnologia”	06/7/2000	29	17/7/2000	---	---
10/2000	“Lei Orgânica do Commissariado contra a Corrupção da RAEM”	07/8/2000	33	14/8/2000	---	---

QUADRO II

RESOLUÇÕES APROVADAS NA SESSÃO LEGISLATIVA 1999/2000

Resolução	Designação	Aprovação em Plenário	Publicação		Rectificação	
			B.O. N°	Data	B.O. N°	Data
1/1999	“Regimento da Assembleia Legislativa da RAEM”	20/12/1999	1	20/12/1999	4	24/01/2000
1/2000	“Orçamento privativo da Assembleia Legislativa para 2000”	04/01/2000	2	10/01/2000	---	---
2/2000	“Conta de gerência da Assembleia Legislativa relativa ao ano económico de 1999”	17/4/2000	17	24/4/2000	---	---
3/2000	“Processo de Interpeção sobre a Acção Governativa”	14/6/2000	26	26/6/2000	---	---
4/2000	“Regulamento das Audições”	15/6/2000	27	03/7/2000	---	---
5/2000	“Do modelo e das regras de utilização do cartão de identificação de Deputado”	06/7/2000	29	17/7/2000	---	---
6/2000	“Serviços de Atendimento ao Público”	12/7/2000	30	24/7/2000	---	---

QUADRO III
PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS NA SESSÃO LEGISLATIVA 1999/2000

Deputados	Assiduidade				Intervenções Antes da Ordem do dia	Interpelações Escritas
	Plenários	Comissões Permanentes				
		1ª	2ª	3ª		
Susana Chou	27					
Lau Cheok Va	29					
Leonel Alberto Alves	22		8		1	
Kou Hoi In	30	17			6	3+1*
Ng Kuok Cheong	30		15		21	34
Ví tor Ng	29			22	2	
Chow Kam Fai David	26	16			4	
Anabela Sales Ritchie	27			21	3	
Iong Weng Ian	29			19	6	
Tong Chi Kin	30	19			3	
Hoi Sai Iun	30			21	2	
Philip Xavier	29			17	-	
Chui Sai Cheong	29	18			4	
Au Chong Kit aliás Stanley Au	23		9		7	
João Baptista Manuel Leão	30			22	1	
Leong Heng Teng	30		16		5	1*
Cheong Vai Kei	30		14		-	
Fong Chi Keong	27	20			1	
Ho Teng Iat	30	19			1	
Vong Hin Fai	30		16		-	
Liu Yuk Lun aliás David Liu	30			20	1	
José Manuel Rodrigues	26	15			-	
Kwan Tsui Hang	30		16		8	
Reuniões Efectuadas	30	20	16	22		-----

* Documento assinado por dois requerentes

QUADRO IV

VISITAS EFECTUADAS A SERVIÇOS PÚBLICOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO	SERVIÇOS VISITADOS	DATA DA VISITA
2ª	Direcção de Serviços de Trabalho e Emprego (DSTE)	3/3/2000
	Instituto de Formação Turística	17/3/2000
	Hospital Conde S. Januário	24/3/2000
	Instituto de Menores	24/5/2000
3ª	Estabelecimento Prisional de Coloane	5/5/2000